



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

ITAÚ UNIBANCO E XP INVESTIMENTOS

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO

OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

ITAÚ UNIBANCO E XP INVESTIMENTOS

MÓDULO CONTABILIDADE APLICADA

ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS –
PROF. ANTONIO DONIZETI FORTES

CONTABILIDADE AVANÇADA – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINI

ESTUDANTES:

FÁTIMA CARVALHO DE SOUZA, RA 1012020100560

FRANCISCO JESUS G. DA SILVA, RA 1012021100372

JOHN HERBERT A. N. SBERCE, RA 1012021100625

LUIS CARLOS M. DA SILVA, RA 1012019200376

JULIANA AP. E. FERRACINI, RA 1012021200250

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS	5
3. PROJETO INTEGRADO	6
3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	6
3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	6
3.1.2 JOINT VENTURES	6
3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	8
3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE	8
3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL	8
3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE	10
3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE	10
3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	10
4. CONCLUSÃO	12
REFERÊNCIAS	13
ANEXOS	14

1. INTRODUÇÃO

Em meio a um cenário empresarial cada vez mais competitivo, com a necessidade de buscar e, principalmente, de reter clientes, implementar ferramentas que podem auxiliar na competitividade das empresas se torna um diferencial na atualidade. No que diz respeito à marca estudada, Itaú Unibanco, uma Instituição financeira privada brasileira, amplamente reconhecida pelo relacionamento com o cliente, que investe em tecnologia e grande apoiadora de ações culturais e sociais. Com mais de 90 anos desde a fundação do Unibanco e 70 anos da fundação do Itaú, o banco Itaú Unibanco deu-se pela fusão destes dois bancos, no ano de 2008, tornando-se o maior banco do país, e o principal grupo financeiro do Hemisfério Sul. Assim, passou a integrar a lista das 20 maiores instituições financeiras do mundo (ITAÚ, 2016). Conforme proposta vamos utilizar o caso da aquisição da XP Investimentos pelo Itaú Unibanco.

O banco ofertou a compra da XP Investimentos. Este movimento ocorreu pouco antes da corretora pedir o registro para realizar seu IPO (Oferta Inicial de Ações, sigla em inglês) na bolsa de valores brasileira (B3), onde o negócio confirmou-se na quinta-feira, dia 11 de maio de 2017. Durante as conversas, o CEO do Itaú teria apontado a possibilidade de colocar Guilherme Benchimol, CEO e fundador da XP, na corrida pela sucessão presidencial do banco. (GRADILONE; GALEMBECK, 2017). O objetivo do estudo é impulsionar as discussões da operação de aquisição para os temas de estrutura de governança e a teoria dos custos de transação em meio a inovação tecnológica no mercado financeiro brasileiro. Pelo lado da XP o plano era claro: em uma tacada só, ficar com o ativo e eliminar um concorrente, podendo agora não apenas sonhar em ser o maior grupo de investimentos do Brasil.

Já para o Itaú Unibanco – maior player do mercado - passa a ter a carteira da XP pronta e eliminar um concorrente que lhe tirava market share. O caso indica discussões sobre a lógica por trás da aquisição da XP pelo Itaú Unibanco. Ainda, permite indagar se não seria capaz o maior banco do Brasil, desenvolver tais capacidades adquiridas da corretora, além de questionar se as capacidades internalizadas da XP são tão valiosas a ponto de tamanho investimento.

2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

O Itaú Unibanco está prestes a completar 100 anos de história. Sua trajetória nesse centenário sempre foi marcada por fusões e aquisições. O Itaú Unibanco S.A., inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob n. 60.701.190/0001-04, com o Capital Social de R\$ 69.783.971.371,81 (Sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil e trezentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), sediado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo/SP. O Itaú Unibanco S.A., é o maior banco brasileiro.

O banco foi criado em 4 de novembro de 2008 a partir da fusão entre o Banco Itaú e o Unibanco, duas das maiores instituições financeiras do país, resultando no maior conglomerado financeiro do hemisfério sul e um dos 20 maiores do mundo em valor de mercado. O banco tem suas ações listadas na B3, em São Paulo, e na NYSE, em Nova Iorque. Com 91 anos de história, o Itaú Unibanco possui mais de 90 mil colaboradores, quase 55 milhões de clientes e mais de 95 mil acionistas. Presente em 21 países, o banco possui cerca de 5 mil agências no Brasil e no exterior e 26 mil caixas eletrônicos e pontos de atendimento. O Itaú Unibanco é proprietário da Rede, o segundo maior adquirente de cartões do mercado brasileiro e, em 24 de agosto de 2009, anunciou uma associação a Porto Seguro, a maior seguradora de veículos do Brasil, para distribuição de seguros residenciais e de automóveis.

Em 2014, o Itaú Unibanco intensificou sua participação no mercado bancário sul-americano ao adquirir o banco chileno CorpBanca por US\$ 3,7 bilhões. A operação, que criou o Itaú CorpBanca, levou o Itaú Unibanco para a quarta posição entre os maiores bancos do Chile em empréstimos e permitiu que o banco brasileiro ingressasse no mercado de varejo financeiro da Colômbia. O Itaú Unibanco S.A., por meio de suas empresas, atua no Brasil e em outros 20 países, principalmente nos continentes da América, Europa e Ásia. Em julho de 2017, o Itaú Unibanco anunciou uma oferta para a compra de 49,9% da XP Investimentos por R\$6 bilhões. A compra foi aprovada em

agosto do ano seguinte pelo Banco Central. A XP Investimentos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob n. 02.332.886/0001-04, é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Origem da XP Investimentos é um escritório de agentes autônomos fundado em 2001, em Porto Alegre, a partir do desejo dos sócios Guilherme Benchimol e Marcelo Maissonave de ajudar pequenos investidores e pessoas comuns a investirem no mercado de ações, democratizando esta prática no Brasil. O novo empreendimento começou com um capital de R\$ 15 mil reais, dois estagiários, dez computadores usados comprados em uma lan house e uma sala de 25m² em Porto Alegre. Inicialmente a XP Investimentos foi criada como um escritório de agentes autônomos cujo objetivo era conectar investidores a corretores. No início a companhia enfrentou dificuldades devido ao momento econômico do país. Em 2002, segundo ano de atividade da XP Investimentos, foi negativo para o mercado de ações por conta da alta valorização do dólar. Com isso, o mercado de ações apresentou constantes quedas, o que dificultou a captação de clientes. Os sócios identificaram que a falta de informação e familiaridade com o mercado de ações era um dos fatores que mais dificultava a conquista de novos clientes e, dessa forma, viram na educação financeira uma oportunidade de negócio e passaram a oferecer cursos. Inicialmente, as aulas eram dadas de forma improvisada, no salão de festas do prédio onde ficava a XP, mas os resultados surpreenderam. A fórmula foi replicada em outras cidades do Rio Grande do Sul, e em pouco tempo, expandida para outros estados. Assim foi fundada a XP Educação que, em 2017, se tornaria a maior instituição financeira do Brasil, com mais de 500 mil alunos, que já passaram pela instituição.

Em 2006, quando a XP já faturava em torno de R\$ 6 milhões, adquiriu as corretoras America Invest e Manchester, e deixou de ser um escritório de agentes autônomos para ter a licença de operar como uma corretora. Em janeiro e fevereiro de 2010, foi a corretora que mais negociou ações no sistema da B3. Em julho de 2017, o Itaú Unibanco, maior banco privado do Brasil, anunciou uma oferta para a compra de 49,9% da XP Investimentos por R\$6 bilhões. A compra foi aprovada em agosto do ano seguinte pelo Banco Central. Em dezembro de 2019, a XP Inc. realizou sua oferta inicial de ações (IPO na sigla em inglês) na bolsa de valores de Nova Iorque - NASDAQ. Na ocasião, a companhia captou US\$2,25 bilhões e foi considerado o maior IPO de uma empresa brasileira na bolsa americana. Em outubro de 2021, o Itaú e a XP Investimentos

votaram em assembleia a cisão da empresa e criou-se uma holding denominada XPart. Em janeiro de 2022, a XP comprou 100% do banco Modal através de troca de ações, a preço de mercado de R\$3 bilhões, deixando os sócios do Banco Modal com 3,37% do capital da XP.

PROJETO INTEGRADO

3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA

Para garantir a expansão da empresa com pouco tempo de mercado, devemos nos orientar com maneiras mais eficazes de atingir o objetivo calculado, para isso os responsáveis precisam entender os movimentos societários, nessa abordagem as ramificações mais atraentes é a fusão, cisão, incorporação e as Joint Ventures:

- **Fusão:** Quando uma ou demais empresas se unem mesmo não sendo do mesmo ramo, ela resulta em uma nova corporação, contudo as mesmas deixam de existir formando uma única instituição.
- **Cisão:** Dois sócios ambos cientes desfazem a parceria, contudo essa rescisão pode ser realizada de duas formas

Cisão parcial : Logo após a separação da instituição, $\frac{1}{2}$ dela continua operando normalmente,

Cisão total: Quando a instituição é dividida entre os acionistas, conseqüentemente resultando a extinção de tal patrimônio

- **Incorporação:** Com a posse de uma grande parte do capital de uma outra empresa, o investidor terá total controle sobre a investida, sua intenção principal é ampliar a sua existência no ramo.

- **Joint Ventures :** Ela estabelece regras para que não haja contratempos na estrutura da empresa, basicamente limita-se à junção dos fatores operacionais. Ela atua como um acordo de divisão de tecnologias, procedimentos de operação entre outros conhecimentos, assim colaborando possíveis futuros sindicatos corporativos. Ela pode ocorrer de duas maneiras :

Societária: É a criação de uma nova instituição.

Contratual : Sem a formação de uma nova instituição .

Resumindo todas essas reorganização societária devem ser realizadas dentro da Lei Brasileira, entretanto a falta de compromisso e cumprimento pode gerar grandes prejuízos para a empresa.

3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

As combinações de negócios são feitas de acordo com determinadas normas. No Brasil, elas são reguladas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis, conhecido pelo CPC. Por meio do pronunciamento 15 (CPC 15 - R1), fica definido como devem ser contabilizadas as operações de aquisições de controle societário.

De acordo com o site do Comitê de Pronunciamento Contábeis, a combinação de Negócios são operações em que um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independente da transação ou forma jurídica e tem como objetivo melhorar a confiabilidade, a relevância e a comparabilidade das informações fornecidas pela entidade em suas demonstrações contábeis acerca de combinação de negócios e seus efeitos.

A entidade deve determinar se é uma operação de combinação de negócios pela aplicação do pronunciamento, a qual exige que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituam um negócio, se não constituírem a entidade deve contabilizar a operação como aquisição de ativo. Entende-se por negócio um conjunto de atividades e ativos capaz de ser conduzido e gerenciado para gerar retorno para os investidores ou proprietários.

Quando uma empresa adquire um ou mais negócios de forma que tenha o controle sobre suas políticas financeira e operacionais, ela está realizando uma combinação de negócios. Essa união tem como objetivo que as empresas envolvidas na transação obtenham vantagens e benefícios. A fusão, cisão e incorporação fazem parte da combinação de negócios e são termos que caracterizam operações societárias distintas. Os três nomes representam conjuntamente estratégias econômicas cujo objetivo pode ser ingressar em um novo nicho de mercado, unir-se a duas ou mais empresas para se tornar mais forte frente à concorrência ou mesmo trocar tecnologias.

Fusão de empresas: conforme matéria da Folha de S. Paulo publicada em 08 de junho de 2022, os acionistas das empresas de Shopping Centers br Malls e Aliansce Sonae aprovaram a fusão que cria a maior empresa de Shoppings do Brasil. A nova empresa nasce com 69 shoppings, entre próprios e administrados, reunindo cerca de 13 mil lojistas, com 60 milhões de visitas mensais de consumidores. O valor da nova empresa é de cerca de R\$12 bilhões. Conforme definido em assembleias de acionistas das duas companhias, 55% das ações da nova empresa ficarão como os atuais acionistas da brMalls e, 45%, com os atuais acionistas da Aliansce Soane.

Descrita no art. 225 da Lei das Sociedades Anônimas e art 1.119 do Código Civil Brasileiro, esse modelo permite que duas ou mais empresas se unam para dar origem a uma nova organização. Essa nova empresa passará a ter todos os direitos e obrigações originais. Assim, as empresas anteriores deixam de existir, permanecendo somente a recém-criada.



Figura 1: extintas sociedades anteriores e forma uma nova sociedade

Cisão de empresas: após a primeira transação entre Itaú e XP Inc, ocorrido em maio de 2017, quando o banco Itaú comprou uma participação relevante de 49,9% do capital social da corretora XP por cerca de R\$ 6 bilhões, com a intenção inicial de adquirir o controle da XP Investimentos em três etapas, porém, o Banco Central proibiu a compra do controle da corretora pelo Itaú.. Em outubro de 2021, o Itaú e a XP Investimentos votaram em assembleia a cisão da empresa, para que houvesse essa cisão, criou-se uma holding denominada XPart. Outro exemplo de cisão no mercado brasileiro ocorreu em 2012, quando a companhia aérea Gol segregou parte de suas atividades e transferiu parte de seu patrimônio para a recém-constituída Smiles S.A., responsável pelo programa de milhagens da companhia. Este caso revelou uma cisão parcial, uma vez que a Gol continua ativa, registrando apenas redução de seu capital.

Descrita no art. 229 da Lei das Sociedade Anônimas, essa modalidade ocorre quando uma entidade transfere parcelas de seu patrimônio a uma ou mais sociedades que foram constituídas para esse fim. Ela também se subdivide, em dois tipos:

- Total - quando há cisão total do seu patrimônio, ocasionando a sua extinção

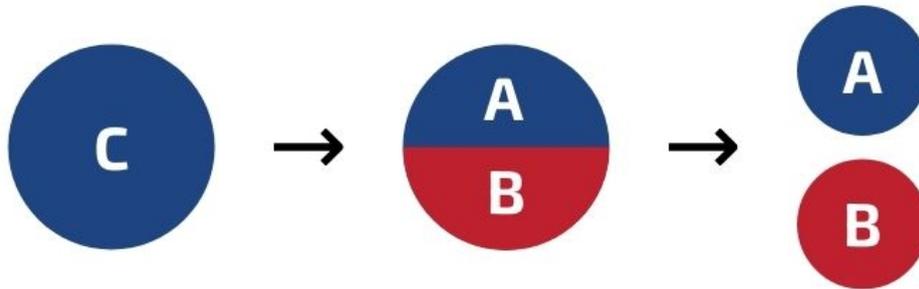


Figura 2: cisão total e extinção da empresa cindida

- Parcial - transfere-se parte do patrimônio, havendo subsistência da empresa cindida

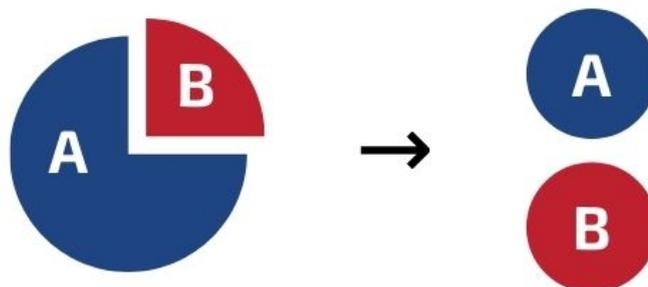


Figura 3: a empresa cindida continuará existindo com uma capital social menor

Incorporação de empresas: a transferência das ações do Banco Nossa Caixa para o Banco do Brasil que resultou na extinção da Nossa Caixa. Outro exemplo é a incorporação da Sadia pela Perdigão resultando na BRF Food.

Descrita no art. 227 da Lei das Sociedades Anônimas e no art. 1.116 do Código Civil Brasileiro, a incorporação consiste na absorção de uma ou várias empresas por outra, ocorrendo a extinção das primeiras. A sociedade incorporadora absorve, assim, todos os direitos e obrigações da incorporada.

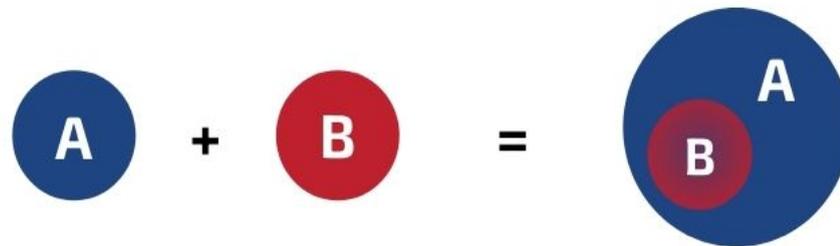


Figura 4: uma absorve a outra, incorporadora amplia o seu capital e incorporada é extinta

3.1.2 *JOINT VENTURES*

Joint Venture é uma expressão de origem inglesa que define a união de duas ou mais empresas já existentes, registradas e estabelecidas, com intuito de estabelecer ou iniciar uma atividade econômica comum para obter resultados comuns como o lucro e motivação de seus colaboradores.

Joint venture é um instrumento jurídico, originado nos Estados Unidos, sem tradução para o português. Para Basso (2002) a joint venture pode ser considerada como

um método de cooperação entre empresas independentes cuja característica essencial é a realização de um projeto comum, empreendimento (aventura específica), com duração longa ou curta. A definição em inglês para Joint Venture é “*Empreendimento Conjunto*” e se refere a uma associação feita entre empresas que praticam uma atividade econômica comum em que seus dirigentes decidem unir forças como forma de promover seus projetos em conjunto, formando uma nova sociedade comercial.

A característica essencial da joint venture é a realização de um empreendimento comum com duração pré-determinada, mas essa característica perdeu sua relevância com a associação de empresas para a exploração de recursos naturais, realização de projetos industriais e investimento de longa duração, conduzindo a instalação estável da empresa no mercado onde está localizado o investimento. As empresas que desejam criar uma sociedade forma de Joint Venture que pode ser definitiva ou por tempo determinado, podem escolher entre duas formas de associação:

- A Sociedade “non corporate” (Joint Venture contratual), que exige a formação de uma nova empresa e mantém as personalidades jurídicas individuais das empresas nela envolvidas.
- A Sociedade joint venture societária que determina a criação de uma nova empresa que obrigatoriamente assume personalidade jurídica própria.

Existem vários motivos que levam gestores a instituírem uma associação de suas empresas, geralmente esse tipo de negócio é firmado para que a empresa possa garantir:

- A expansão das atividades em comum;
- Superação das barreiras impostas pelo mercado, beneficiando-se do “know-how”;
- Aumento da eficiência de seus serviços para uma melhor colocação na competição pelo mercado;
- Ampliação de público-alvo, visando muitas vezes a internacionalização.

Antes de decidirem a realização dessa união, é preciso que as empresas conheçam o real significado de Joint Venture suas vantagens e desvantagens.

Como qualquer aliança firmada, uma joint venture compromete as empresas envolvidas de forma que passam a partilhar os riscos e prejuízos, assim como os lucros. Isso pode ser considerado uma das vantagens desse tipo de associação, pois alguns desses projetos podem requerer um alto investimento de capital e cuidados para serem colocados em prática. Como assumem os projetos umas das outras, fica mais fácil garantir esses recursos. Outra grande vantagem é que as empresas podem aproveitar suas diferenças para trocarem experiências, unindo forças e se tornarem mais eficientes e competitivas. Porém, ao mesmo tempo em que assumirem os riscos mutuamente pode trazer vantagens, da mesma forma os riscos de enfrentarem grandes fracassos são potencializados.

Outro grande fator negativo é que o processo de tomada de decisões entre várias empresas que normalmente apresentam dinâmicas de trabalho distintas fica sempre mais demorado e mais complicado. Isso pelo fato de que a união das empresas envolvidas não garante que todos os gestores sejam flexíveis. Além disso, até mesmo o mais competente dos empreendedores sempre encontra dificuldade de gerir as diferentes ideias e vontades apresentadas.

Normas Brasileiras: Com a publicação da Instrução CVM nº 247/96 surge a exigência da elaboração de demonstrações consolidadas por parte das companhias abertas que mantêm investimentos em sociedades controladas em conjunto. De acordo com essa instrução normativa é adotada a consolidação proporcional para as companhias abertas que possuam sociedades de controle conjunto. Os artigos 32 a 34 da Instrução 247/96 tratam sobre a consolidação proporcional das demonstrações contábeis das sociedades controladas em conjunto ou joint venture:

Art. 32 Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas das sociedades controladas em conjunto deverão ser agregados às demonstrações consolidadas de cada investidora, na proporção da participação destas ao capital social.

Art. 33 Em nota explicativa às demonstrações contábeis consolidadas, referidas no artigo anterior, deverão ser divulgados o montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das sociedades controladas em conjunto, bem como o percentual de participação em cada uma delas.

De acordo com o § 1 do art. 32 considera “controlada em conjunto aquela em que nenhum acionista exerce, individualmente, o controle direto ou indireto sobre a sociedade investida”. De acordo com subitem 5 do item III da Consolidação das Demonstrações Contábeis de Sociedades Controladas em Conjunto:

Essas disposições alcançam, principalmente, as denominadas joint venture em que, mediante existência de acordo contratual e de parcelas proporcionais de participação, duas ou mais entidades empreendem uma atividade econômica subordinada a um controle conjunto.

Sendo assim, uma entidade controlada em conjunto é uma joint venture que pode envolver o estabelecimento de uma sociedade por ações ou quotas, sociedade de pessoas ou outro tipo de entidade que reúne os interesses de cada participante. O que caracteriza uma empresa com operações joint venture é a existência de um acordo contratual entre os acionistas que estabelece o controle conjunto sobre atividade econômica dessa empresa.

Segundo o art 32:

§ 2º No caso de uma das sociedades investidoras passar a exercer direta ou indiretamente o controle isolado sobre a sociedade controlada em conjunto, a controladora final deverá passar a consolidar integralmente os elementos do seu patrimônio.

Na consolidação proporcional, de acordo com Iúdicibus, Martins e Gelbecke (2006, p.494) “a maioria dos procedimentos empregados para aplicação da consolidação proporcional é semelhante aos procedimentos utilizados na consolidação de investimentos em controladas”.No entanto, pode haver operações entre estes componentes da joint venture e a investidora. Neste caso, é necessário que estes saldos sejam eliminados das demonstrações contábeis da investidora proporcionalmente a sua participação no capital e os saldos remanescentes devem estar nas demonstrações como operações com terceiros.

Resumidamente, pode-se dizer que as principais eliminações a serem feitas, são:

- a) eliminação dos saldos a receber e a pagar entre empresas; contas a pagar e a receber;
- b) eliminação dos investimentos (100%); investimento a capital social
- c) eliminação das vendas internas; vendas a custo mercadorias vendidas.

Normas IASB: O tratamento adotado pelo IASB para as operações joint venture, através da IAS 31, é a consolidação proporcional. No entanto, permite que os investimentos sejam avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A IAS (International Accounting Standards) 31 considera a consolidação proporcional como “método pelo qual a participação de um sócio em cada ativo, passivo, receita e despesa de uma entidade controlada em conjunto é combinada, linha a linha, com itens semelhantes nas demonstrações contábeis de cada um dos sócios” (FURATA e SANTOS, 2006).

É importante ressaltar que para as normas internacionais a característica principal de um negócio em conjunto é o acordo contratual para compartilhar o controle. E os negócios conjuntos podem ser classificados como operacionais controlados conjuntamente, ativos controlados conjuntamente ou entidades controladas conjuntamente. Os acordos de empreendimentos conjuntos implicam em controle conjunto, ainda que os empreendedores possuam percentuais diferentes no empreendimento. Geralmente, os participantes decidem conjuntamente sobre as principais políticas. Não sendo permitido que algum deles decida unilateralmente sobre a atividade.

Normas do FASB: O critério recomendado pelo FASB para a consolidação das operações joint venture é a consolidação integral, independente do tipo de investimento que a controladora possui.

Segundo a APB Opinion 18, quando há existência de influência significativa, os investimentos devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial enquanto

os investimentos temporários são avaliados pelos métodos de custo. De acordo com o disposto no § 17 do APB 18, geralmente a influência é considerada significativa quando o investidor possui entre 20% a 50% das ações com direito a voto da investida. E, “qualquer percentual que exceda a metade das ações votantes faz com que o investidor possua o controle da investida, sendo necessário então elaborar demonstrações financeiras consolidadas” (SCHMIDT et al., 2004, p.35).

No §17 do APB 18, as evidências de que o investidor possui influência significativa incluem os seguintes aspectos:

- a) O investidor possui representação no conselho de diretores da investida;
- b) O investidor participa no processo de elaboração de políticas da investida;
- c) Ocorrem transações materiais intracompanhia;
- d) Existe intercâmbio de gerentes entre o investidor e a investida;
- e) Existe dependência tecnológica da investida em relação a investidora;

f) Existe significativo volume de ações de propriedade do investidor em relação à concentração de outros acionistas. (SCHMIDT et al., 2004, p.35).

Para as operações de joint venture, segundo as normas americanas do FASB, é adotado o método de Equivalência Patrimonial. Furata e Santos (2006) afirmam que os investimentos em joint venture seguem o mesmo critério de adoção do método de equivalência patrimonial utilizado para investimentos relevantes. O FASB não aceita outro tipo de consolidação que não seja a integral, para investimentos relevantes. Como pode ser visto, existem diferenças na forma do tratamento dado às operações joint venture pelos três grupos de normas. Basicamente, seria a utilização do método de equivalência patrimonial e a consolidação proporcional.

No Brasil há previsão para consolidação de operações joint venture e pela consolidação proporcional. Nos Estados Unidos, o procedimento contábil é a adoção do método de equivalência patrimonial. As normas internacionais, por sua vez, previam até

dezembro de 2006 a utilização tanto da consolidação proporcional quanto da equivalência patrimonial. As normas brasileiras prevêm a utilização da consolidação proporcional. A equivalência patrimonial é, apenas, para “os investimentos relevantes em sociedades coligadas, cuja administração tenha influência ou que participe com mais de 20% (vinte por cento) ou mais do capital social, e em sociedades controladas” (art. 248 da Lei 6.404/76).

Reflexo contábil: As joint ventures são reconhecidas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) no Balanço Individual; sendo as empresas controladas “consolidadas” nos balanços do grupo econômico. Já os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo contra o resultado do exercício na DRE ou no PL (Outros resultados abrangentes).

Equivalência patrimonial: De acordo com o método de equivalência patrimonial (MEP), os investimentos nas empresas são registrados pelo valor pago (custo de aquisição) e ajustados pelos lucros/prejuízos, dividendos e outras variações ocorridas no investimento realizado. Obs: não são ajustados para refletir o “valor justo” da investida. De maneira simplificada, o MEP visa ajustar o Balanço da empresa investidora (ativo) pelas variações no patrimônio líquido da investida. Assim: Quando o PL da investida aumenta, o ativo da investidora também aumenta. Quando o PL da investida diminui, o ativo diminui.

Contabilização do investimento entre empresas: Por exemplo, quando a investida tem lucro, a investidora registra um Resultado/Receita de Equivalência Patrimonial; quando tem prejuízo, registra-se uma despesa resultado negativo. O resultado de equivalência = % do Capital Social da Investida x Lucro/Prejuízo da Investida.

Exemplo: A Empresa A tem 50% da empresa B. B teve um lucro de R\$ 100,00. Na DRE da empresa A aparecerá um Resultado de MEP de R\$ 50,00 (100 x 50%). A contrapartida dessa receita na DRE é um aumento do ativo (Investimento em “B”, classificado no ativo não circulante). Dessa forma, a contabilização na investidora ocorreria da seguinte forma:

D – Ativo de investimento (Aumento no ativo) – R\$ 50,00 – Aumento no investimento;

C – Resultado equivalência patrimonial (Receita/DRE) – R\$ 50,00.

Quando a investida paga dividendos, ocorre uma diminuição da participação societária. Ou seja, o PL da investida diminuiu (saiu caixa, ativo menor). E isso não “transita” pela DRE da investidora, até porque contaria duas vezes, já que o lucro líquido da investida já transitou via **MEP**, conforme expliquei acima. Para o caso dos pagamentos (recebimento) de dividendos, a contabilização na investidora ocorre da seguinte forma:

D – Bancos (entrada do recurso)

C – Investimentos (diminuição pelo recebimento dos dividendos)

Portanto, podemos resumir o método da equivalência patrimonial como:

- a) O investimento é registrado pelo valor pago (custo)
- b) É aumentado (diminuído) pelos lucros (prejuízos) da investida
- c) É diminuído pela pagamento (recebimento) de dividendos e juros sobre capital próprio
- d) Não é ajustado pelas variações do valor de mercado, apesar de sofrer *impairment*

O Resultado de equivalência não está sujeito a tributação (IRPJ e CSSL) quando a investida encontra-se no Brasil. Princípio que norteia: o lucro da minha investida já foi tributado e portanto estaria “isento” para a investidora. Idem dividendos recebidos.

Por fim, nem toda a “riqueza” das investidas será refletida nos Balanços da Investidora. Isso fica nítido quando a investida é uma cia aberta. Na maioria dos casos, o valor da participação na investida (mensurado por MEP) é inferior ao valor negociado em Bolsa.

Nesse sentido, é relevante avaliar a contribuição das “investidas” para o resultado da investidora e para o grupo como um todo (consolidado). Empresas

divulgam Nota Explicativa – “Investimentos” com toda a movimentação das participações: aquisição, MEP, dividendos, alienações, baixas etc.

Exemplos: É bem comum acontecer a associação joint venture entre empresas do ramo do automobilismo, como no caso da união das montadoras GM e Fiat, que resultou na criação da Fiat-GM Powertrain e durou de 2001 à 2005;

No ramo de alimentação, podemos citar a Perdigão de garantir sua eficiência em logística (armazenamento, distribuição e vendas) e comprou a Becel (da Unilever) que disponibilizou equipamentos e mão de obra.

Recentemente, em 2014 o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a união entre as empresas VALE mineradora e Cemig. Também é bastante comum esse tipo de união por empresas da área de tecnologia e também construção civil.

3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Como o assunto principal desse projeto é a reorganização societária, a participação dessa unidade de estudo se refere à análise de dois aspectos importantes que podem afetar o reconhecimento de ativos e passivos das empresas: o ajuste a valor presente e reconhecimento das variações cambiais relacionadas às transações em moeda estrangeira.

PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

Começaremos a expor aqui os princípios contábeis com o intuito de entender o que essas normas representam para a profissão contábil e como essas normas guiam o profissional na consecução dos seus objetivos.

Uma gestão empresarial de sucesso deve ser marcada por atos idôneos, coesos, imparciais, legais, legítimos, éticos e, acima de tudo, verdadeiros. A conduta desses gestores deve ser livre de qualquer ilicitude, sendo preciso agir com probidade para que a gestão não se torne fraudulenta e por fim fracassada.

Os princípios da Contabilidade são normas norteadoras da conduta dos profissionais da área na consecução dos seus objetivos e são também a base doutrinária para a criação e o desenvolvimento de novas normas. Foram criados pelo Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (IPECAFI), com a participação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), outras entidades e profissionais da área contábil. Esses princípios surgiram para suprir a necessidade de uma linguagem comum para a apresentação das demonstrações contábeis bem como uma interpretação adequada e uniforme desses relatórios.

Podem sofrer alterações ou mesmo serem aperfeiçoados por meio de pesquisas e estudos, portanto não são imutáveis. Adaptam-se ao momento histórico de uma sociedade, sendo produto do ambiente econômico em que se desenvolvem.

Eles são nada mais que regras gerais que orientam os procedimentos e as práticas essenciais na busca da realização dos objetivos do profissional em Contabilidade no exercício de sua atividade, isto é, são meios e formas que a Contabilidade utiliza para atingir seu objetivo, o qual consiste no controle do patrimônio.

Conforme Marion (2006), essas regras, conceitos ou princípios visam a um tratamento contábil uniforme e servem como guia para a auditoria examinar a qualidade dos relatórios contábeis. No entanto, o autor nos dá apenas uma visão mais técnica de aplicabilidade dos princípios contábeis. Em sentido mais amplo, podemos definir os princípios contábeis segundo Lopes de Sá (2000, p. 23):

Os denominados Princípios Fundamentais de Contabilidade são macro-regras para a política informativa patrimonial das aziendas ou entidades, baseados em doutrinas e teorias científicas, tendo por objetivos básicos uniformizar a terminologia, aproximar a imagem fiel do patrimônio e guiar as normas gerais reguladores dos sistemas informativos.

Segundo a definição de Lopes de Sá (2000), os princípios contábeis são mais que meras certificações para a auditoria na busca do exame da qualidade dos relatórios contábeis. Ditam as políticas gerais de controle do patrimônio, são a base doutrinária que o profissional de Contabilidade usa na consecução dos seus objetivos. Dessa forma visam nortear os procedimentos contábeis a serem aplicados em uma entidade.

Pode-se incluir a definição de Iudícibus e Marion (2002), segundo a qual os Princípios Fundamentais da Contabilidade representam conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da Contabilidade, que consistem em apresentar informação estruturada para os usuários.

Nota-se que os autores consolidam a definição dos princípios contábeis como regras básicas, gerais e uniformes que têm como objetivo orientar os profissionais no exercício de sua profissão. A resolução CFC nº 750, de 1993, em seu Art. 2º, define os princípios da Contabilidade em sentido bem mais abrangente:

Os princípios de contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à ciência da contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso país. Concernem, pois, à contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

O que se pode entender no conceito exposto na resolução CFC 750 em relação aos princípios da Contabilidade é que esta definição baseia-se nos diversos entendimentos entre os doutrinadores, não sendo, portanto, uma máxima dogmática superior a qualquer outra, permitindo, assim, os vários entendimentos expostos por parte de cientistas e profissionais

notáveis da área contábil acerca desses princípios. Os princípios da Contabilidade são criados e desenvolvidos no mundo todo por diversos países. A aceitação dessas regras raramente era universal, fato que mudou depois da implantação das normas internacionais de contabilidade.

Hoje os Generally Accepted Accounting Principles (GAAP), princípios da Contabilidade geralmente aceitos, visam homogeneizar os princípios contábeis no mundo todo. São concernentes à mensuração da atividade econômica, ao momento em que tais mensurações são feitas e registradas, à evidenciação que envolve essas atividades e à preparação e apresentação das atividades econômicas sumarizadas nas demonstrações contábeis.

Os princípios atuais de Contabilidades comumente aceitos, conforme CPC 00 R1, são:

Entidade

Esse princípio garante que o patrimônio do sócio não se confunda com o patrimônio da entidade. Assim, ao efetuar um registro na contabilidade de uma empresa, o contador deverá observar se o devido fato pertence à entidade. Se o fato não pertence à empresa, este não poderá ser registrado na contabilidade dessa empresa.

Continuidade

Pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Denominador comum monetário

Este princípio garante que todos os bens, os direitos e as obrigações da empresa sejam registrados por uma moeda constante e comum. Isso facilita uma melhor compreensibilidade dos relatórios.

Registro pelo valor

Determina que os componentes do patrimônio devam ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

Competência

Conforme este princípio, todas as entradas e as saídas deverão ser registradas no momento em que ocorreram, não importando o efetivo recebimento ou pagamento.

Compreensibilidade

Aqui se garante que as informações geradas pelos relatórios contábeis devem ser claras para que sejam entendidas por todos os usuários da Contabilidade. Entretanto, informações que sejam complexas para o entendimento comum mais que sejam imprescindíveis devido a sua relevância não devem ser omitidas.

Relevância

Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões.

Materialidade

Deve sempre se fazer uma distinção entre o que é relevante e trará benefícios e o que não é relevante, trazendo apenas ônus. Uma informação é material se sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários.

Confiabilidade

Para ser confiável, a informação deve estar livre de erros e deve representar adequadamente aquilo que se pretende representar.

Consistência

Uma vez adotado um critério, este deve ser praticado até o fim do exercício. Dessa forma permitirá uma comparação entre os relatórios no decorrer do tempo.

Essência sobre a forma

É necessário que a informação seja contabilizada e apresentada de acordo com a sua substância e a realidade econômica.

Neutralidade

Para que a informação seja confiável, é preciso que haja imparcialidade na hora de escriturar e levantar os demonstrativos.

Prudência

Ao considerar uma informação para um relatório, deve-se ter precaução quanto ao julgamento desta informação. Sendo esta informação duvidosa, deve-se considerar sempre que aquilo poderá trazer consequências onerosas para a entidade. Assim evita-se que ativos e receitas sejam superestimados enquanto que passivos e despesas sejam subestimados.

Integridade

A informação deve ser completa dentro dos limites de materialidade e custo.

Comparabilidade

As demonstrações devem apresentar mais de um exercício para que os usuários da informação possam comparar o desempenho da entidade bem como identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira.

Tempestividade

A informação deve ser apresentada sem muita demora, para que não perca a relevância e a confiabilidade. Entretanto é preciso ponderar sobre a rapidez da informação para que esta não afete o princípio da continuidade.

Oportunidade

Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Esses princípios são o que caracteriza a conduta do profissional da Contabilidade e estabelecem diretrizes de conduta diante das inúmeras situações existentes. São regras gerais que garantem a plena execução dos objetivos dos contabilistas. Representam, portanto, a cultura de todas as práticas de uma economia.

Cada princípio dita a forma mais adequada com que o profissional deve proceder em determinadas situações. Sem eles, as informações geradas seriam difíceis de compreender, pois, sem esse conjunto normativo, cada profissional procederia de

acordo com sua interpretação, impossibilitando, assim, a comparabilidade das informações, haja vista as variadas interpretações que iriam existir. Neste contexto surgiram os princípios como generalizadoras de conduta. A internacionalização desses princípios irá garantir uma maior interação entre as diversas economias no mundo afora. Ressalta-se que estes princípios são norteadores para a elaboração das normas

existentes que regem a Contabilidade, representam, portanto, a base doutrinária que embasa os procedimentos adotados pelos profissionais da Contabilidade.

CONVERGÊNCIA AS NORMAS INTERNACIONAIS DA CONTABILIDADE

Conforme dissemos anteriormente, vamos expor aqui o conceito do que sejam as normas internacionais da Contabilidade. Analisa-se a importância desse conjunto normativo para o novo marco brasileiro empresarial. O atual contexto da Contabilidade no Brasil é marcado pela convergência das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais. Os anos 2008 e 2009 foram decisivos para a consolidação das mudanças estabelecidas pela lei 11.638, bem como pelos correspondentes pronunciamentos do CPC. Esse foi o caminho traçado para a convergência brasileira às normas internacionais. Essa mudança traz para as sociedades anônimas a necessidade de preparar as demonstrações contábeis com base nas *IFRS*. A Contabilidade brasileira ingressa definitivamente nos padrões internacionais. Desde 1º de janeiro de 2010, as normas brasileiras estão em consonância com as normas internacionais de relatórios financeiros. Essas normas internacionais visam a uma harmonização dos procedimentos contábeis na elaboração dos demonstrativos. Independentemente do porte da entidade, do tipo de organização e do segmento em que atuam, as novas normas estão disponíveis para todas as empresas. Na cartilha publicada pela *DELOITTE* no ano de 2009, os analistas aconselham a cada empresa procurar uma melhor compreensão sobre os efeitos provocados pela implementação das normas internacionais e, a partir daí, definir ações que promovam a convergência da forma mais tranquila possível.

Ainda segundo esses analistas, a tomada de decisão envolve pontos de reflexão, como custos, processos, pessoas e reação de mercado. Aconselham que o processo de avaliação dos impactos deva ser acompanhado por diretores financeiros, diretores

executivos, comitês de auditorias e conselhos de administração, pois, para eles, é um processo que deve ser introduzido pelo comando da organização. Para tanto, eles vêm como ponto de partida a identificação das principais práticas contábeis que precisam ser adaptadas. Segundo o guia para elaboração das demonstrações financeiras, 2009/2010, elaborado pela *Ernst & Young* (2009), as normas internacionais trarão uma maior transparência e melhor governança corporativa, balanços mais detalhados e mais próximos do que representam em essência os negócios e o cotidiano das companhias e, por isso mesmo, a possibilidade de olhar os demonstrativos vislumbrando seu futuro. Isso sem contar a tão desejada comparabilidade que uma única métrica agrega para investidores, analistas e instituições financeiras. Essas são as mais conhecidas e mencionadas vantagens que a adoção do *International Financial Reporting Standards (IFRS)* deve incorporar à vida das empresas brasileiras.

Segundo o sócio de Auditoria e líder de *Quality & Risk Management* da *Ernst & Young*, Idésio Coelho (apud *Ernst & Young*, 2009), a maior transparência na divulgação dos balanços terá reflexos diretos na diminuição de custos de captação das companhias. Além disso, a possibilidade de serem comparadas pelo mesmo modelo contábil é positiva para o mercado como um todo, pois faz com que investidores selecionem aquelas com melhor desempenho em cada setor.

Em consonância com a afirmação de Idésio Coelho, dizem os analistas da *DELOITTE* (2009) em sua cartilha que, como muitas empresas brasileiras têm expandido fortemente suas fronteiras de atuação nos últimos anos, por meio de Investimento Brasileiro Direto (IBD), aderir ao IFRS pode ser um aspecto essencial para garantir a uniformização das práticas contábeis da organização em diversos países, tornando a consolidação das demonstrações financeiras mais prática e segura.

Os analistas da *DELOITTE* (2009) recomendam, portanto, que as pessoas envolvidas diretamente nos processos de elaboração das demonstrações financeiras recebam treinamento e acompanhem de perto os pronunciamentos anunciados pelo CPC, de forma a identificar potenciais impactos na contabilidade das organizações. A seguir temos um quadro com informações sobre as novas normas da Contabilidade. Esse quadro demonstra quais são as novas normas, bem como as deliberações da CMV correspondente à aprovação dessas normas. O Quadro 1 demonstra as devidas datas de

aprovação dessas normas, além de expor quais os respectivos pronunciamentos do CPC referente, em todas as normas apresentadas.

DELIBERA CVM	DATA	PRONUNCIAMENTO DO CPC
560	11/12/2008	Divulgação de partes relacionadas (CPC 05)
561	17/12/2008	Entidades de incorporação imobiliária (CPC 01)
562	17/12/2008	Pagamento baseado em ações (CPC 10)
563	17/12/2008	Contratos de seguros (CPC 11)
564	17/12/2008	Ajuste a valor presente (CPC 12)
565	17/12/2008	Adoção inicial (CPC 13)
566	17/12/2008	Instrumentos financeiros: reconhecimento, manutenção e evidência (CPC 14)
575	05/06/2009	Estoques (CPC 16)
576	05/06/2009	Contratos de construção (CPC 17)
577	05/06/2009	Custos de empréstimos (CPC 20)
580	31/07/2009	Combinação de negócios (CPC 15)
581	31/07/2009	Demonstração intermediária (CPC 21)

DELIBERA CVM	DATA	PRONUNCIAMENTO DO CPC
582	31/07/2009	Informações por segmentos (CPC 22)
583	31/07/2009	Ativo imobilizado (CPC 27)
584	31/07/2009	Propriedade de investimento (CPC 28)
592	15/09/2009	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
593	16/09/2009	Evento subsequente (CPC 24)
594	17/09/2009	provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
595	18/09/2009	Apresentação das demonstrações contábeis (CPC 26)
596	19/09/2009	Ativo biológico e produto agrícola (CPC 29)
597	20/09/2009	Receitas (CPC 30)
598	21/09/2009	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (CPC 31)
599	22/09/2009	Tributos sobre lucro (CPC 32)
600	07/10/2009	Benefícios a empregados (CPC 33)
601	07/10/2009	Contabilização da proposta de pagamentos de dividendos (CPC 08)

Quadro 1: Datas de aprovação dos CPCs

Fonte: *PRICEWATERHOUSE COOPERS*. Demonstrações Financeiras e sinopse legislativa: guia: 2009/2010. 19 ed. São Paulo.

ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme dito, será apresentado agora o pronunciamento básico para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Em correlação às normas internacionais da Contabilidade, o CPC elaborou um pronunciamento conceitual básico para relatar sobre essas normas que, em regras gerais, tratam das finalidades, do alcance, do objetivo e dos componentes das demonstrações financeiras.

Para tanto, segundo este pronunciamento, às demonstrações financeiras em consonância com as normas internacionais têm a finalidade de satisfazer as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que todos eles utilizam essas demonstrações no intuito de tomar decisões de ordem econômica, tais como:

- a) Decidir quando comprar, manter ou vender um investimento em ações;
- b) Avaliar a administração quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida, qualidade de seu desempenho e prestação de contas;
- c) Avaliar a capacidade da entidade de pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- d) Avaliar a recuperação quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- e) Determinar políticas tributárias;
- f) Determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- g) Preparar e usar estatísticas de renda nacional; ou
- h) Regulamentar as atividades da entidade.

A estrutura conceitual CPC 00R1 foi desenvolvida de forma a ser aplicada a uma gama de modelos contábeis e conceitos de capital e manutenção. Portanto, esta estrutura tem como finalidades:

- a) Dar suporte ao desenvolvimento de novos pronunciamentos técnicos e à revisão de pronunciamentos existentes quando necessários;
- b) Dar suporte aos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação dos pronunciamentos técnicos e no tratamento de assuntos que ainda não tiveram sido objeto de pronunciamentos técnicos;
- c) Auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre conformidade das demonstrações contábeis com pronunciamentos técnicos;
- d) Apoiar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas, preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos; e
- e) Proporcionar, aqueles interessados, informações sobre o enfoque adotado na formulação dos pronunciamentos técnicos.

Essa estrutura conceitual tem como alcance:

- a) O objetivo das demonstrações contábeis;
- b) As características qualitativas que determinam a utilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis;
- c) A definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos que compõem as demonstrações contábeis; e
- d) Os conceitos de capital e de manutenção do capital.

Portanto, tratam as demonstrações contábeis para fins gerenciais, inclusive as demonstrações consolidadas, que devem ser preparadas pelo menos anualmente e visam atender as necessidades de informações comuns aos usuários.

Ressalta-se o objetivo das demonstrações financeiras que é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira das entidades, que sejam úteis a um grande número de usuários, em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas.

Acerca dos componentes ou elementos das demonstrações contábeis, o CPC definiu os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço, que são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas.

O pronunciamento CPC 00R1 entende ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da seguinte forma:

- a) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade;
- b) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos;
- c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
- d) Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade; e
- e) Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.

Em regras gerais, apresentamos os principais pontos tratados pelo CPC em relação às demonstrações contábeis, entretanto este pronunciamento nos dá outras definições importantes, mas que, por hora, não utilizaremos neste trabalho, tendo em vista os nossos objetivos que são um entendimento acerca das normas internacionais e a adequação da Contabilidade brasileira a essas normas sem, portanto, fazer uma análise exaustiva dessas normas.

As demonstrações exigidas, segundo a deliberação CVM 595/09⁴ em seu conjunto completo, são:

- a) balanço patrimonial ao final do período, com o comparativo de exercícios anteriores;
- b) demonstração do resultado do período;
- c) demonstração do resultado abrangente do período;
- d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- e) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- f) demonstração do valor adicionado do período;
- g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Conforme a deliberação CVM 595/09, o balanço patrimonial deve apresentar, no mínimo, as seguintes contas:

- (a) caixa e equivalentes de caixa;
- (b) clientes e outros recebíveis;
- (c) estoques;
- (d) ativos financeiros;
- (e) total de ativos classificados como disponíveis para venda e ativos à disposição para venda;

- (f) ativos biológicos;
- (g) investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;
- (h) propriedades para investimento;
- (i) imobilizado;
- (j) intangível;
- (k) contas a pagar comerciais e outras;
- (l) provisões;
- (m) obrigações financeiras;
- (n) obrigações e ativos relativos à tributação corrente;
- (o) impostos diferidos ativos e passivos;
- (p) obrigações associadas a ativos à disposição para venda;
- (q) participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido;
- (r) capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade.

A entidade deve apresentar ativos circulantes e não circulantes assim como passivos circulantes e não circulantes como grupos de contas separados no balanço patrimonial. De acordo com a deliberação CVM 595/09, a demonstração do resultado do período deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também às determinações legais:

- a) receitas;
- b) custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- c) lucro bruto;

- d) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- e) parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
- f) resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- g) despesas e receitas financeiras;
- h) resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- i) despesa com tributos sobre o lucro;
- j) resultado líquido das operações continuadas;
- k) valor líquido dos seguintes itens:
 - I) resultado líquido após tributos das operações descontinuadas;
 - II) resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada;
 - l) resultado líquido do período.

Em conformidade com a deliberação CVM 595/09, a entidade deve apresentar na demonstração das mutações do patrimônio líquido:

- (a) o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores;
- (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e as correções de erros reconhecidas;
- (c) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente as mutações decorrentes:
 - (I) do resultado líquido;
 - (II) de cada item dos outros resultados abrangentes; e

(III) de transações com os proprietários realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.

O patrimônio líquido deve apresentar o capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações ou quotas em tesouraria, os prejuízos acumulados, se legalmente admitido os lucros acumulados. Essas são algumas das demonstrações supracitadas que este pronunciamento da CVM trata. Entretanto existem outras demonstrações como mostradas anteriormente, sendo utilizadas as demonstrações que apresentaram maiores mudanças em decorrência das novas normas.

Conforme foi exposto, o objetivo do Pronunciamento Técnico CVM 595/09 é definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DA CONTABILIDADE

Os impactos com a implantação do IFRS são muitos. Segundo analistas da *ERNST & YOUNG* (2009), a implantação do IFRSs traz um conjunto considerável de barreiras a serem transpostas. Uma das que mais chamam a atenção é a necessidade de afinar a comunicação com os leitores dos demonstrativos desde a primeira publicação. É possível que erros aconteçam durante o primeiro exercício de divulgação pelo modelo no País, afirmam aqueles analistas. As empresas ainda terão de incorporar

as diferenças culturais das normas internacionais. Com o *IFRS*, quem prepara os balanços têm de participar ativamente da definição das políticas de gestão de risco.

Empresas que atuam nos ramos de energia, telecomunicações, imobiliário, varejo e bens de consumo, cujas atividades cotidianas e seus reflexos nas demonstrações financeiras passarão a ser orientadas por CPC e que aumentam consideravelmente o grau de subjetividade e interpretação, enfrentaram maiores dificuldades para aplicar as novas normas contábeis. O calendário de aplicação do *IFRS* no Brasil é, evidentemente, audacioso, o que irá requerer esforço adicional e treinamento por parte dos preparadores das demonstrações financeiras. Essa falta de preparo trará certo ônus para as empresas tendo em vista que essas empresas que nunca investiram em capital humano agora deverão investir pesado para se inserirem no mercado mundial.

Por outro lado, com esse significativo progresso, as entidades instaladas no Brasil, nacionais e transnacionais, avançam no processo de globalização e acompanham mais de 100 outros países que já usam as normas internacionais da Contabilidade. Além disso, passam a reportar suas informações financeiras com um grau de transparência sem precedentes, fortalecendo, por consequência, todo o ambiente de negócios. A implantação do *IFRS* trará grandes mudanças nas organizações, devendo-se observar os aspectos culturais, fiscais e relativos à elaboração das demonstrações financeiras. Saber se a mudança atinge os resultados mundiais da organização. A estratégia do processo de mudança deve reconhecer a necessidades de competências técnicas. É necessária uma organização que gere oportunidades para a formação e a preparação de seus colaboradores. Deve haver um planejamento detalhado com sugestões de alterações para entender as informações faltantes e as melhorias necessárias. Todas as novas normas, que se aplicam a organização, precisam ser entendidas para que se determinem as respostas. Podemos afirmar que, com a convergência às normas internacionais, as empresas deverão se adaptar tanto cultural quanto fisicamente, ou seja, devem investir em pessoas, processos e sistemas para que garantam uma aplicabilidade por inteiro, forte e coesa das normas internacionais.

3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE

O ajuste do valor presente (AVP) é um cálculo que mostra o valor do produto atualmente, podendo também ser um bem ou uma operação, tendo como objetivo a clareza do valor mais recente ou dívidas do patrimônio para os adquirentes.

Os principais que sofrem um reajuste no valor em casos de inflação, juros, etc são ativos e os passivos de longo prazo presentes no balanço patrimonial, em relação aos demais sofrerão reajuste quando houver uma relevância significativa. Obrigatoriamente de acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) será modificado os seguintes itens do balanço:

- As informações do ativo permanente;
- Estoques e almoxarifados;
- Investimentos temporários;
- Despesas antecipadas e os resultados de exercícios futuros;
- Direitos e obrigações a serem saldados.

As normas internacionais de contabilidade têm casos com proibição de interferência no valor, por exemplo os impostos, como o CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), pelo fato de não poder ter uma certa precisão referente às datas que serão realizados.

O site “<https://www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/contexto-economico>” nos forneceu acesso a uma tabela de excel, que informa as projeções de longo prazo da empresa Itaú XP investimetos, em que nela retiramos as informações relevantes a seguir:

	2019	2020	2021
Brasil			
Atividades economicas			
PIB nominal -Bilhões de reais	7.389	7.468	8.679
PIB nominal -Bilhões de dolares	1.872	1.447	1.609
Crescimento real do PIB	1,2%	-3,9%	4,6%
Inflação			
IPCA	4,3%	4,5%	10,1%
INCP	4,5%	5,4%	10,2%
IGP-M	7,3%	23,1%	17,8%
IPA-M (preço por atacado)	9,1%	31,6%	20,6%
Taxa de juros			
Selic-final do ano	4,50%	2,00%	9,25%
Selic-média do ano	5,69%	2,81%	4,81%
Taxa real de juros(Selic/IPCA)-fim de periodo	0,19%	-2,41%	-0,74%
CDI- final do ano (atualizado)	4,59%	1,90%	8,76%
CDI-acumulado do ano	5,94%	2,78%	4,40%
TJLP (taxa nominal)-Fim de periodo	5,57%	4,55%	5,32%
TLP (taxa real)- fim de periodo	1,68%	1,83%	4,10%
Financias Públicas			
Resultado primario -% do PIB	-0,8%	-9,4%	0,7%
Resultado nominal- % do PIB	-5,8%	-13,6%	-4,4%
Dívida pública líquida-% do PIB	54,6%	62,7%	57,2%
Dívida pública bruta- % do PIB	74,3%	88,8%	80,3%
Setor externo			
Balança comercial- USD bi	35	50	61
Exportação- USD bi	221	209	280
Importação- USB bi	186	159	219
Conta corrente- % PIB	-3,5%	-1,7%	1,8%
Investimento direto do país - % do PIB	3,7%	3,1%	2,9%

Essas informações deverão ser divulgadas nas notas explicativas, com o objetivo de total entendimento no reajuste do passivo e do ativo, elas como tudo na contabilidade é seguida por regras os ajustes também, como consta no CFC 2008 elas deverão estar:

a) descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado; b) premissas utilizadas pela administração, taxa de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de riscos (risk-free, risco de crédito, etc.), montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizontes temporal ou esperado, expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas); c) modelos utilizados para cálculo de riscos e inputs dos modelos; d) breve descrição do método de

alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração; e) propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento; f) outras informações consideradas relevantes .

Conclui-se que todos os valores que serão pagos a longo prazo deverão passar por reajuste do valor por conta das alterações citadas acima, eles deverão ficar detalhadamente com intuito de clareza ao contador.

3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL

A moeda funcional de uma empresa é a moeda em que opera, para o Itaú Xp investimentos a moeda funcional e de apresentação é Reais, não há obrigatoriedade que uma instituição trabalhe com moeda nacional, porém os administradores devem manter-se atentos, pois, a moeda que eles usam não for a que representa fidedignamente o principal setor econômico, a empresa não irá expor os relatórios corretamente.

A taxa de câmbio é uma interligação de duas moedas diferentes que conseqüentemente é no preço de uma delas é avaliado vinculado a outra. De acordo com o site “[contexto econômico - Itaú Unibanco - Relações com Investidores](#)”, a taxa de câmbio é utilizada a BRL(Real Brasileiro) e a USD (Dólar americano), referente ao site segue uma tabela apresentando essa taxa:

Brasil	2020	2021	2022P	2023p
Câmbio- BRL-USD	5,19	5,57	5,25	5,5

A taxa de câmbio é constituída por dois ramos:

- Primário: São realizados por exportadores e importadores e visitantes o fluxo de caixa referente a moedas estrangeiras ;
- Secundária: Em operação com o câmbio e por meios de bancos com autorização do Banco Central .

Contudo a taxa de câmbio é um comércio monetário global, desde que seguidas corretamente as operações e as documentações contábeis, fica a critério da organização decidir qual moeda trabalhar e apresentar perante a corporação.

3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE

Sustentabilidade é a capacidade de usufruir dos recursos naturais presentes no planeta sem comprometer o uso dos mesmos para as gerações futuras.

Nesse sentido, por exemplo, temos cada vez mais a aplicabilidade do termo em ações cotidianas como o consumo de produtos naturais, reutilização de embalagens, reciclagem, utilização de transportes menos poluentes. Investir em medidas que visam a aplicação de práticas sustentáveis na cadeia produtiva são ações que diversas empresas estão adotando para aperfeiçoar processos, para reduzir o impacto ambiental e para atrair consumidores. O Meio ambiente faz referência a todos os recursos naturais necessários para a sobrevivência e o desenvolvimento da sociedade. A sustentabilidade busca o uso racional destes recursos naturais sem comprometer o meio ambiente preservando o uso das gerações futuras.

Meio ambiente é o ambiente em que os seres estão inseridos, bem como suas condições ambientais, biológicas, físicas e químicas. Ou seja, quando falamos de recursos naturais, estamos basicamente fazendo referência ao meio ambiente, pois tudo que utilizamos no nosso dia-a-dia depende diretamente ou indiretamente dele. Preservar o meio ambiente, dessa forma, se torna um dos principais princípios da sustentabilidade. Uma gestão com sustentabilidade tem ganhado mais espaço na agenda estratégica das instituições. Essa visão é essencial tanto para o crescimento e manutenção da empresa em um mercado cada vez mais consciente e exigente com a conservação dos recursos naturais quanto para o desenvolvimento do país.

A redução na disponibilidade de recursos naturais e o consequente aumento dos custos colocam em primeiro plano a busca pela eficiência. Soma-se a isso a crescente preocupação com as repercussões das atividades econômicas sobre o meio ambiente e com as mudanças climáticas. Os consumidores demandam produtos e processos produtivos com menos impacto no meio ambiente e o tema ganha atenção crescente das organizações internacionais, dos governos, das organizações e da sociedade. Marcas e imagem corporativa estão mais atreladas à postura das instituições sobre as questões ambientais, o que aumenta a importância dos ganhos de eficiência no uso dos recursos naturais e da redução nas emissões de gases de efeito estufa.

A economia de baixo carbono e a economia circular, bem como as novas tecnologias e modelos de gestão a elas relacionadas, estão em destaque na agenda da competitividade. As empresas que melhor aproveitarem essas oportunidades terão mais vantagens competitivas. Os negócios buscam maior eficiência e relações de qualidade com as partes envolvidas, com o objetivo de reduzir riscos e custos, além de transformar os desafios da agenda da sustentabilidade em oportunidades de negócios.

O Brasil é o país que detém a maior biodiversidade do mundo, o que deve ser visto como um ativo econômico com muitas oportunidades de negócios. Uma das iniciativas necessárias é a valoração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Ao quantificar o valor econômico da biodiversidade, pode-se propor políticas públicas que a conservem e estimulem seu uso sustentável, de modo a inserir esta atividade em um modelo de desenvolvimento que traga benefícios sociais e econômicos.

No Brasil, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) por unidade de energia consumida nas indústrias são pequenas quando comparadas a outros países, motivo pelo qual o país é destaque em relação ao setor de energia. Balanço feito pelo Ministério de Minas e Energia, o Balanço Energético Nacional, revela que 83,3% da matriz elétrica do país corresponde a fontes de energia renováveis. A geração hidráulica correspondeu a 66,6% desse total, a eólica a 7,6%, a biomassa a 8,5% e a solar a 0,5%.

Apesar do destaque, a gestão sustentável de energia no Brasil ainda não é comparável à de países desenvolvidos, principalmente em relação ao consumo de energia per capita, que deverá aumentar até 2030. O grande desafio é manter os percentuais atuais, principalmente considerando a ocorrência de eventos climáticos extremos que deverão atingir os reservatórios de água voltados à geração hidráulica.

3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE

Está disponível para os estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como parte do Programa de Desenvolvimento de Aprendizagem (PDA), o tema “Atuando Globalmente”.

Nesta parte do Projeto Integrado, os estudantes deverão realizar uma síntese dos 4 (quatro) tópicos deste tema, quais sejam:

- **Tópico 1:** Como valorizar o local pensando globalmente
- **Tópico 2:** Entendendo a biodiversidade
- **Tópico 3:** Por que chove em alto mar?
- **Tópico 4:** O aquecimento global é provocado pelo homem?

A síntese precisa apresentar exemplos práticos dos seus conteúdos, ou seja, de modo que possam ser utilizados ou verificados no dia-a-dia.

Sustentabilidade: o que é, tipos e sua importância

Sustentabilidade com certeza poderia ser definida como uma das palavras do século. Não é à toa: estabelecer um desenvolvimento sustentável de nossa sociedade é fundamental para garantir que as próximas gerações encontrarão um planeta com recursos suficientes para uma sobrevivência saudável.

Apesar de sua importância e de ser muito repetida por aí, não é todo mundo que entende o real significado da sustentabilidade. Isso porque trata-se de um conceito realmente complexo e que pode ser aplicado em diversos setores da sociedade. Existem, por exemplo, a sustentabilidade ambiental (que é a mais conhecida), a sustentabilidade empresarial, a sustentabilidade social, entre outros tipos.

O que é sustentabilidade

Apesar de ser um conceito extremamente plural, dotado de múltiplos significados, a sustentabilidade pode ser traduzida como a habilidade de atender às exigências do presente sem que isso afete gerações futuras. Sustentabilidade tem origem no latim *sustentare*, que significa suportar, sustentar, manter. Dessa forma, o termo remete originalmente à possibilidade de manter algo em bom estado ao longo do tempo, mesmo que haja interferências externas agindo sobre ele. Sustentabilidade representa a busca pelo equilíbrio entre a disponibilidade de recursos naturais existentes e a sua exploração pela sociedade, com o objetivo de permitir que a geração atual se desenvolva e, ao mesmo tempo, garantir às próximas gerações a oportunidade de também dispor dos mesmos recursos para sua sobrevivência. Já com relação à sustentabilidade empresarial, podemos pensar nas ações tomadas por um negócio com o objetivo de respeitar o meio ambiente e, também, o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade.

Tripé da Sustentabilidade

O tripé da sustentabilidade diz respeito a um conjunto de três aspectos que são considerados fundamentais para a administração de uma empresa. São eles: social, ambiental e financeiro. De acordo com o conceito, esses três aspectos devem sempre interagir de forma harmônica na direção de um negócio, garantindo a integridade do planeta e da sociedade durante seu crescimento econômico. Também conhecido como *triple bottom line*, o tripé da sustentabilidade foi criado em 1994 pelo empresário britânico John Elkington, que, por suas ações no campo do desenvolvimento empresarial, ficou mundialmente conhecido como “pai da sustentabilidade”.

Tipos de sustentabilidade

Por se caracterizar como um conceito amplo e complexo, a sustentabilidade pode ser aplicada em diversos campos do desenvolvimento da sociedade. Entenda abaixo quais são os tipos mais conhecidos de sustentabilidade e como eles podem ser colocados em prática.

Sustentabilidade ambiental/ecológica

Esse tipo de sustentabilidade se apoia no uso consciente dos recursos naturais, com o propósito de preservá-los para o futuro. Desse modo, a sua principal meta se baseia na difusão de práticas que não são nocivas ao meio ambiente. Esse é o aspecto mais lembrado quando se fala de sustentabilidade. A sustentabilidade ambiental diz respeito à forma como nós, seres humanos, fazemos uso de todos os bens e recursos naturais disponíveis no planeta para suprir as nossas necessidades, mas sem que isso atrapalhe o fornecimento desses mesmos bens e recursos para as gerações que ainda estão por vir. Ou seja, atuar de forma sustentável para o meio ambiente significa utilizar e, ao mesmo tempo, cuidar para que não falte ao próximo.

É fato que o ser humano precisa da natureza para sobreviver. Ao mesmo tempo, toda ação tomada pelo homem acaba modificando o meio ambiente. Encontrar um equilíbrio nessa equação é o que busca a sustentabilidade ambiental, de modo que ambos, homem e natureza, possam conviver em harmonia e sem prejuízos de nenhum lado. Para entender a importância de lutar pela sustentabilidade ambiental, basta pensar no quão essenciais são todos os recursos disponibilizados pela natureza à humanidade: água, oxigênio, elementos minerais, energia, florestas, animais e muito mais.

Entre exemplos de ações que já vêm sendo tomadas pela população em busca da sustentabilidade ambiental, podemos citar o consumo de produtos naturais, reciclagem, uso de meios de transporte e geradores de energia menos poluentes, a reutilização de materiais, entre outras. Por sua relevância, além de praticar tais ações, é importante que uma parcela cada vez maior da sociedade atue, também, na conscientização, formando uma verdadeira corrente pela sustentabilidade de nosso planeta.

Sustentabilidade social

Diretamente relacionada à responsabilidade social, a sustentabilidade social se refere a ações destinadas à melhoria da qualidade de vida da sociedade, buscando oferecer a todos o acesso pleno à cidadania. Um dos pilares do tripé da sustentabilidade, definido por John Elkington, a sustentabilidade social se refere à forma como uma empresa impacta a sociedade em que está inserida. Esse conceito pode ser avaliado dentro de uma empresa sob dois diferentes contextos: interno e externo. Quando falamos de forma interna, é necessário avaliar a maneira que uma organização garante uma relação sustentável entre seus colaboradores. Ou seja: ser uma empresa flexível, prover um ambiente de respeito e de ações éticas, oferecer remuneração justa e benefícios, lutar pela inclusão e diversidade entre seu corpo de funcionários, além de dar suporte humanizado a todos. Já de maneira externa, a sustentabilidade social de uma organização diz respeito a uma relação harmoniosa com toda sua comunidade local, apoiar ações que beneficiam a população, além de lutar pela igualdade social e, de forma geral, avaliar o impacto que suas ações causam à sociedade.

Sustentabilidade econômica

Também chamado de sustentabilidade financeira, esse conceito representa as ações de cunho econômico, financeiro e administrativo que uma empresa toma com o fim de se desenvolver economicamente, mas, ao mesmo tempo, garantir a manutenção dos recursos naturais e preservar o meio ambiente. Em outras palavras, a sustentabilidade econômica mostra que o aspecto financeiro nunca deve ser avaliado de forma isolada. Afinal, todas as ações tomadas por um negócio para o aumento de seu lucro também impactam a natureza e a sociedade.

+

Sustentabilidade empresarial

Como já adiantamos, a sustentabilidade empresarial diz respeito ao conjunto de todas as práticas realizadas por uma organização em prol de um crescimento consciente, ou seja, que não prejudique o meio ambiente e a sociedade.

Esse conceito está profundamente conectado ao entendimento de que o crescimento de um negócio não pode ser benéfico apenas para seus proprietários. Os benefícios dessa evolução devem ser palpáveis também a seus colaboradores, parceiros, consumidores e demais pessoas envolvidas na cadeia de produção dos bens ou serviços.

Vale lembrar também que, ao adotar a sustentabilidade empresarial como premissa, uma organização não está apenas beneficiando a sociedade ou o meio ambiente, mas está também trabalhando para a melhora de sua imagem perante uma rede de consumidores, que está, cada vez mais, em busca de consumir produtos ou serviços responsáveis. Ou seja: a sustentabilidade empresarial também ajuda a atrair mais clientes e, conseqüentemente, a atingir maiores rendimentos.

O que é ? E exemplos de desenvolvimento sustentável

Uma vez que entendemos o significado da sustentabilidade, podemos compreender que o desenvolvimento sustentável está relacionado à aplicação desse conceito às ações tomadas diariamente por pessoas ou empresas. Ou seja: atuar de forma a satisfazer as necessidades atuais, mas sem esquecer de garantir que as gerações futuras também terão à sua disposição os mesmos recursos para seu desenvolvimento. Para ser considerado sustentável, um desenvolvimento deve pressupor uma visão integradora e abordar os aspectos econômico, social e ambiental. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela ONU em 2015, prevê um plano de ação que busca proteger o planeta, promover a prosperidade e garantir a dignidade a todas as pessoas. Veja algumas atitudes que podem ser tomadas e que refletem exemplos de desenvolvimento sustentável, seja no âmbito individual ou por parte de empresas e governos:

- Reciclagem de materiais;
- Diminuição do ritmo de consumo;
- Investimento em fontes renováveis de energia;
- Exploração consciente dos recursos naturais;
- Conservação das florestas;

- Economizar e reutilizar água;
- Uso de meios de transporte menos poluentes;
- Criação de programas de renda para a população;
- Proteção da biodiversidade;
- Ampliação e melhoria do saneamento básico;
- Educação ambiental para a população.

Benefícios

Uma vez que a sustentabilidade visa o uso consciente dos recursos e bens naturais que nosso planeta dispõe, fica claro que colocar esse conceito em prática tem como consequência fundamental mais qualidade de vida para a geração atual e também para as gerações futuras. Entre os principais resultados proporcionados pelos diversos tipos de sustentabilidade que citamos acima estão a manutenção dos recursos naturais, como oceanos e florestas, por muito mais tempo; a diminuição da poluição; além da garantia de uma vida mais longa e saudável a toda a população.

O que é biodiversidade?

A biodiversidade pode ser definida, de maneira resumida, como a riqueza de espécies de um ecossistema. Esse conceito relaciona-se com o número de espécies de um local, mas também com a variação entre organismos da mesma espécie e sua abundância. Utilizado como sinônimo de diversidade biológica, o conceito de biodiversidade é essencial na ecologia e utilizado desde a década de 1980. Atualmente ouvimos falar muito da biodiversidade, principalmente da sua perda. Com o aumento das cidades e da atividade humana, muitos ambientes são destruídos e as mudanças climáticas tornam-se uma realidade cada vez mais inevitável. Com isso, temos uma redução da biodiversidade, que desencadeia prejuízo para o meio ambiente e até mesmo para a economia. Biodiversidade é um termo que designa a variedade de seres vivos de uma região, bem como a variação dos organismos dentro da mesma espécie. O termo em questão foi utilizado pela primeira vez em 1986, no 1º Fórum Americano Sobre Diversidade Biológica, organizado pelo Conselho Nacional de Pesquisa dos EUA

(National Research Council, NRC, em inglês), pelo entomologista E. O. Wilson. Ele foi cunhado como sinônimo da expressão “diversidade biológica”, já utilizada. A diversidade biológica está definida na “Convenção sobre diversidade biológica”, que, segundo o Ministério do Meio Ambiente, “é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente”. Nesse documento, a diversidade biológica é definida da seguinte forma:

“Diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.”

Quando falamos em biodiversidade, devemos ter em mente, portanto, que ela existe em todos os locais do globo. Em algumas regiões do planeta, temos uma maior biodiversidade, sendo esse o caso de florestas tropicais. Em outras, como as regiões de deserto, ela é reduzida, porém ainda existente. Segundo a World Wide Fund for Nature (WWF), “entre os especialistas, o Brasil é considerado o país da 'megadiversidade': aproximadamente 20% das espécies conhecidas no mundo estão aqui”.

Principais ameaças à biodiversidade

A ação do homem impacta negativamente os outros seres vivos, provocando, por exemplo, extinções e perda de habitat. Dentre as principais ameaças atuais à biodiversidade, podemos citar:

Poluição;

Expansão urbana;

Expansão da agricultura e pecuária;

Consumismo, que leva à exploração exagerada dos recursos naturais;

Introdução de espécies exóticas;

Mudanças climáticas.

Importância da preservação da biodiversidade

Todas as espécies do mundo são importantes e garantem o equilíbrio dos ecossistemas. Uma espécie completamente extinta de um local causa grandes impactos naquele ecossistema, uma vez que as espécies interagem entre si e também com o ambiente em que vivem. O impacto mais conhecido, sem dúvidas, ocorre na cadeia alimentar daquele local. Imagine, por exemplo, que um herbívoro é extinto. Essa ação tem impacto direto na população de plantas que servem de alimento para esse animal bem como nos organismos carnívoros que dele se alimentam. Além da importância ambiental da biodiversidade, temos a importância econômica. Como sabemos, animais, plantas e vários micro-organismos são utilizados na fabricação de alimentos, cosméticos e até mesmo de medicamentos. A biodiversidade, ainda, apresenta, de acordo com a “Convenção sobre diversidade biológica” valor genético, social, científico, educacional, cultural, recreativo e estético.

"A hipótese Gaia" foi elaborada pelo cientista inglês James Lovelock no ano de 1979, e fortalecida pelos estudos da bióloga norte-americana Lynn Margulis. Essa hipótese foi batizada com o nome de Gaia porque, na mitologia grega, Gaia era a deusa da Terra e mãe de todos os seres vivos.

Segundo a hipótese, o planeta Terra é um imenso organismo vivo, capaz de obter energia para seu funcionamento, regular seu clima e temperatura, eliminar seus detritos e combater suas próprias doenças, ou seja, assim como os outros seres vivos, um organismo capaz de se autorregular. De acordo com a hipótese, os organismos bióticos controlam os organismos abióticos, de forma que a Terra se mantém em equilíbrio e em condições propícias de sustentar a vida.

A hipótese Gaia sugere também que os seres vivos são capazes de modificar o ambiente em que vivem, tornando-o mais adequado para sua sobrevivência. Dessa forma, a Terra seria um planeta cuja vida controlaria a manutenção da própria vida através de mecanismos de feedback e de interações diversas. Um dos argumentos utilizados pelos defensores dessa hipótese é o fato de que a composição da atmosfera hoje parece depender principalmente dos seres vivos. Sem a presença dos seres fotossintetizantes o teor de gás carbônico (CO₂) na atmosfera seria altíssimo, enquanto que nitrogênio (N₂) e oxigênio (O₂) teriam concentrações muito baixas. Com a presença dos seres fotossintetizantes, a taxa de CO₂ diminuiu, aumentando consideravelmente os níveis de N₂ e O₂ disponível na atmosfera. Essa redução do CO₂ favorece o resfriamento do planeta, já que esse gás é o principal responsável pelo efeito estufa, influenciando muito na temperatura do planeta. Segundo esse argumento, a própria vida interferiu na composição da atmosfera, tornando-a mais adequada à sobrevivência dos organismos."

"Embora muitos cientistas concordem com essa hipótese, outros não a aceitam, discordando da ideia de que a Terra seja um "superorganismo". Um dos argumentos utilizados por esses cientistas é que não só os fatores biológicos moldam o planeta, mas também fatores geológicos, como erupções vulcânicas, glaciações, cometas se chocando contra a Terra, que modificaram e ainda modificam profundamente o aspecto do planeta.

Discordando ou não, a hipótese Gaia nos chama a atenção para as relações existentes entre os seres vivos e o meio ambiente, e principalmente para as relações existentes entre nossa espécie e os demais seres vivos. Dessa forma, utilizemos essa hipótese para refletir sobre os impactos que as nossas atividades estão causando no planeta Terra."

Aquecimento Global

O aquecimento global é um fenômeno caracterizado pelo aumento das temperaturas médias da Terra, sendo esta em torno de 15° C. Isso ocorre porque gases como o dióxido de carbono e metano que junto ao vapor d'água, formam uma camada que aprisiona parte do calor do Sol em nossa atmosfera. Se não fossem esses gases, a Terra seria um ambiente gelado, com temperatura média de -17° C. Esse fenômeno natural é chamado de efeito estufa e se não fosse por ele, a vida na Terra não teria tamanha diversidade. Desde a revolução industrial, a população começou a usar intensivamente o carbono em forma de carvão mineral, petróleo e gás natural, nos veículos e para gerar energia nas indústrias. As florestas, grandes depósitos de carbono, começaram a ser destruídas e queimadas cada vez mais rápido. Com isso, imensas quantidades de dióxido de carbono, metano e outros gases passaram a ser despejados na atmosfera, tornando a camada que retém o calor mais espessa, o que intensifica o efeito estufa. E nosso planeta, mostra cada vez mais sinais de febre atualmente. Por isso, o aquecimento do planeta é o maior desafio ambiental do século 21. Somente no último século, a temperatura da Terra aumentou em 0,7° C. Parece pouco, mas esse aquecimento altera as condições climáticas em todo o planeta. As grandes massas de gelo começam a derreter, aumentando o nível médio do mar, ameaçando as ilhas oceânicas e as zonas costeiras. Furacões, tufões e ciclones ficam mais intensos e destrutivos. Temperaturas mínimas ficam mais altas, enxurradas e secas mais fortes, além das regiões com escassez de água, como o semi-árido, virando desertos. Quando o aquecimento global foi detectado, alguns cientistas ainda acreditavam que o fenômeno poderia ser causado por eventos naturais, como a erupção de vulcões, aumento ou diminuição da atividade solar e movimento dos continentes. Porém, com o avanço da ciência, ficou provado que as atividades humanas são as principais responsáveis pelas mudanças climáticas que já vêm deixando vítimas por todo o planeta. Hoje não resta dúvida que o homem é o principal responsável por este problema. (Fonte: Greenpeace)

Consequências

Entre as consequências do aquecimento global, temos as transformações estruturais e sociais do planeta provocadas pelo aumento das temperaturas, das quais podemos citar:

Elevação das temperaturas dos oceanos e derretimento das calotas polares;

Possíveis inundações de áreas costeiras e cidades litorâneas, em função da elevação do nível dos oceanos;

Aumento da insolação e radiação solar, em virtude do aumento do buraco da Camada de Ozônio;

Intensificação de catástrofes climáticas, tais como furacões e tornados, secas, chuvas irregulares, entre outros fenômenos meteorológicos de difícil controle e previsão;

Extinção de espécies, em razão das condições ambientais adversas para a maioria delas.

Quedas e dificuldades na produção da agricultura, pecuária e silvicultura;

Como combater

O reflorestamento é uma das principais estratégias para conter o aquecimento global. São muitos os benefícios promovidos pelo plantio de árvores em áreas urbanas. Elas ajudam a reduzir o calor das cidades, evitam enchentes e preservam cursos de água, além de tornarem o ambiente mais agradável com suas cores e sombras. Outra grande atitude, segundo apontamentos oficiais e científicos, para combater o aquecimento global seria a escolha de fontes renováveis e não poluentes de energia, diminuindo ou até abandonando a utilização de combustíveis fósseis, tais como o gás natural, o carvão mineral e, principalmente, o petróleo. Por parte das indústrias, a diminuição das emissões de poluentes na atmosfera também é uma ação necessária. A diminuição da produção de lixo, através da conscientização social e do estímulo de medida de reciclagem, também colabora com o meio ambiente, uma vez que, conseqüentemente, reduz a poluição e a emissão de gás metano, muito comum em áreas de aterros sanitários.

Soma-se a essas medidas a preservação da vegetação, tanto dos grandes biomas e domínios morfoclimáticos, tais como a Amazônia, como o cultivo de áreas verdes no espaço agrário e urbano. E principalmente o reflorestamento, restaurando áreas degradadas e plantando cada vez mais florestas que irão ajudar a sequestrar o carbono emitido pelas indústrias.

As provas de que o aquecimento global é causado pelos humanos

Como sabemos que nós, humanos, somos os responsáveis?

Os gases causadores do chamado efeito estufa --- que absorvem o calor do Sol --- são um vínculo crucial entre o aumento da temperatura e a atividade humana. O mais importante deles é o dióxido de carbono (CO₂), devido a sua grande abundância na atmosfera. Sabemos que o CO₂ absorve a energia do Sol. Os satélites mostram que há menos calor emitido da Terra para o espaço precisamente na longitude de onda à qual o CO₂ absorve a energia irradiada. Essa energia que não é enviada para o espaço, porque foi absorvida pelo dióxido de carbono, é enviada de volta para a Terra, aquecendo o planeta. A queima de combustíveis fósseis e o desmatamento provocam a liberação desse gás de efeito estufa. Ambas as atividades dispararam depois do século 19 --- então não é surpresa que o CO₂ presente na atmosfera tenha aumentado durante o mesmo período. Há uma forma de demonstrar definitivamente de onde vem todo esse CO₂ adicional. O carbono produzido pela queima de combustíveis fósseis tem uma marca química única. Os anéis das árvores e o gelo podem registrar as mudanças na química da atmosfera. Depois de examiná-los, vê-se que o carbono --- especialmente o de origens fósseis --- aumentou significativamente desde 1850. As análises demonstram, que durante 800 mil anos, o CO₂ da atmosfera não ultrapassou 300 partes por milhão (ppm). Entretanto, desde a Revolução Industrial, a concentração de CO₂ disparou, até chegar ao nível atual de 420 ppm. Simulações de computador, conhecidas como modelos climáticos, foram utilizadas para mostrar o que teria acontecido com as temperaturas sem as enormes quantidades de gases de efeito estufa geradas pelos humanos.

Elas revelam que teria havido pouco aquecimento do planeta --- e, possivelmente, até mesmo um certo esfriamento --- ao longo dos séculos 20 e 21, se apenas os fatores naturais tivessem influenciado no clima. Somente quando são introduzidos os fatores humanos é que os modelos podem explicar o aumento das temperaturas registrado até hoje.

Qual é o impacto dos seres humanos no planeta?

As previsões atuais dizem que os níveis de aquecimento pelos quais tem passado a Terra provocaram mudanças significativas no nosso ambiente. As observações já feitas em várias partes do mundo correspondem ao padrão das mudanças que a comunidade científica espera ver com o aquecimento global causado pela atividade humana.

Elas incluem:

- ❖ As coberturas de gelo da Groenlândia e da Antártica já estão derretendo rapidamente
- ❖ O número de desastres relacionados ao clima quintuplicou nos últimos 50 anos
- ❖ Os níveis globais do mar subiram 20 centímetros no último século e continuam se elevando
- ❖ Desde os anos 1800, os oceanos tornaram-se 40% mais ácidos, afetando a vida marinha

Mas não era mais quente no passado?

Houve vários períodos de aquecimento da Terra em épocas passadas. Há cerca de 92 milhões de anos, por exemplo, as temperaturas eram tão altas que não havia coberturas de gelo nos polos norte e sul, e animais parecidos com o crocodilo viviam na região ártica do Canadá. Isso, porém, não deveria ser um consolo para ninguém, porque os humanos não existiam naquela época - houve momentos no passado em que o nível do mar alcançou 25 metros a mais que hoje em dia. Hoje considera-se que um aumento de 5 a 8 metros do nível dos oceanos seria suficiente para submergir a maioria das

idades costeiras do mundo. Há abundante evidência de extinções em massa de vida durante esses períodos de aquecimento, quando o ser humano ainda não caminhava pela Terra. Os modelos climáticos sugerem que, em alguns desses casos, as regiões tropicais podem ter se tornado "zonas mortas", por serem quentes demais para a sobrevivência da maioria das espécies. Essas flutuações entre calor e frio, antes do surgimento da humanidade, foram causadas por uma variedade de fenômenos, incluindo turbulências no equilíbrio da Terra em sua órbita ao redor do Sol, por longos períodos, erupções vulcânicas e ciclos climáticos de curto prazo, como o El Niño. Durante muitos anos, grupos denominados de "céticos" do clima questionaram as bases científicas do aquecimento global. Esse ceticismo, no entanto, já foi rebatido com provas, levando à posição unânime da comunidade internacional de que as mudanças climáticas são reais e são, sim, resultado direto da ação humana. Todos os cientistas que publicam regularmente em sites e publicações especializadas, avaliados por outros colegas cientistas, concordam em apontar a emissão de gases de efeito estufa --- uso de combustíveis fósseis e desmatamento --- como a causa do aquecimento global. Como disse o relatório chave da ONU publicado em 2021: "É indiscutível que a influência humana aqueceu a atmosfera, os oceanos e a terra".

3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

<https://youtu.be/78bIPx7CkWw>

4. CONCLUSÃO

Conforme o decorrer do trabalho foi possível analisar como ocorreu acerca da estrutura de governança e da teoria dos custos da transação aquisição parcial da XP Investimentos por parte do Itaú Unibanco, em meio ao cenário da inovação tecnológica do mercado financeiro brasileiro. A compra da XP pelo Itaú Unibanco despertou como nunca o interesse de dezenas de concorrentes do mercado de investimentos. A aquisição de 49,9% do capital da corretora a maior do país, pelo maior banco privado do Brasil, o Itaú, pela expressiva quantia de R\$ 6 bilhões de Reais, surpreendeu o mercado financeiro nacional. Essa transação confirmou o crescente pautado no interesse de investidores em Pessoa Física e produtos financeiros oferecidos pelas corretoras.

Os investidores têm respondido favoravelmente em adquirir produtos e serviços das corretoras, com rentabilidade, atendimento diferenciado, custos menores, que favorecem o consumidor. Na concorrência que havia entre as empresas em questão acabou-se percebendo essas mudanças de formas diversas, como melhoria de atendimento, maior qualidade das informações financeiras, menores taxas de acesso etc. Por outro lado, houve também o questionamento contrário, pois poderia resultar em desvantagens para esses clientes. Nesse contexto, o comportamento do consumidor vem sendo uma área de interesse por parte de grandes corporações por estes fatores. Nesse contexto, as organizações querem entender essas mudanças para que possam competir com esses novos concorrentes e obter uma vantagem competitiva sobre eles.

Os processos de fusões constituem uma maneira rápida de uma firma crescer, entrar em mercados, defender-se de aquisições indesejadas, aproveitar oportunidades de investimento ou até mesmo de evitar que alguns participantes desses processos lucram às custas de outrem (Camargos & Barbosa, 2003), O modelo de estratégia e ações para garantir que a organização alcance seus objetivos, desde a sua criação, o Itaú se valeu de um crescimento pautado em aquisições e fusões como estratégia para se fortalecer perante o mercado nacional (Costa, 2002). Dessa forma, foi positivo para o banco utilizar esses meios, visto que ele conquistou uma vantagem competitiva e de tempo, pois não precisou passar pelo processo de criação de produtos e busca de mercado.

REFERÊNCIAS

- file:///C:/Users/Clinica%20Escola/Downloads/745-Texto%20do%20Artigo-1729-1-10-20180503%20(1).pdf
- <https://m2msaber.com.br/blog/cpc-12-ajuste-a-valor-presente>
- <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes->
- <https://www.itaubba.com.br/relacoes-com-investidores/contexto-economico->
- [https://blog.nubank.com.br/taxa-selic/-](https://blog.nubank.com.br/taxa-selic/)
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_c%3%A2mbio
- <https://www.remessaonline.com.br/blog/mercado-de-cambio-2/-10>
- <https://www.significadosbr.com.br/joint-venture>
- <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/fusao-que-cria-maior-empresa-de-shoppings-do-brasil-e-aprovada-por-acionistas.shtml>
- <https://rrk.com.br/exemplos-de-empresas-que-fizeram-fusao-cisao-e-incorporacao/acesado>
- <https://gorila.com.br/blog/cisao-entre-itaubba-e-xp/>
- <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/meio-ambiente-e-sustentabilidade/>
- <https://tc.com.br/blog/educacao-financeira/contabilidade-matematica-financeira/joint-venture-empresas> (Camargos & Barbosa, 2003),
- https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25239/1/2019_DanielDeAbreuMilazzo_tcc.pdf

ANEXOS

Essa parte está reservada para os anexos, caso houver, como figuras, organogramas, fotos etc.